

A REDE CÁRITAS EM PORTUGAL E A RESPOSTA À COVID-19

Estudo Cáritas - CesA/ISEG



SUMÁRIO EXECUTIVO

A Cáritas Portuguesa, organização que representa a Ação Social da Igreja Católica em Portugal, está presente em todo o território nacional através da sua rede de vinte Cáritas Diocesanas e grupos locais organizados ao nível das paróquias. Com o princípio da caridade no centro da sua atuação, a Cáritas Portuguesa tem como missão o Desenvolvimento Humano Integral e incentiva a partilha de bens e a assistência em situações de calamidade e emergência. Neste contexto, a organização mobilizou-se rapidamente para responder aos desafios da pandemia de Covid-19, que chegou a Portugal em março de 2020, de forma a manter abertas as portas aos seus beneficiários.

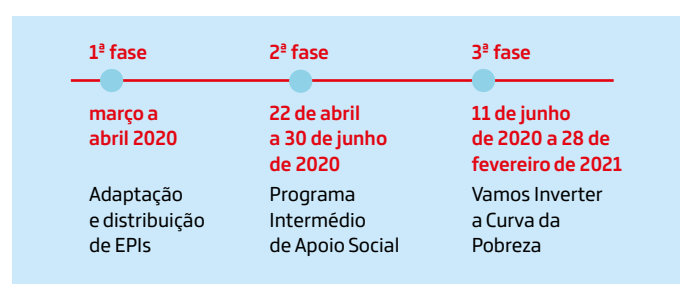
Um ano depois do início da pandemia, o presente relatório foi realizado com o objetivo de documentar a resposta da Rede Cáritas em Portugal à pandemia de Covid-19 e, ao mesmo tempo, fazer primeiro uma análise preliminar dos dados recolhidos sobre a resposta da Cáritas tendo em conta o impacto socioeconómico da pandemia na população portuguesa e depois as implicações possíveis dessa análise face ao modelo de Sistema de Proteção Social da Cáritas Europa.

Este trabalho foi realizado entre abril e agosto de 2021, com recurso a métodos de investigação predominantemente qualitativos: revisão de literatura, análise de documentos, inquérito por questionário online e entrevistas semi-estruturadas. Foram recolhidos dados, primários e secundários, do conjunto das vinte Cáritas Diocesanas e de uma amostra de grupos paroquiais. No total, foram realizadas seis visitas ao terreno e entrevistadas 26 pessoas (19 colaboradores e 7 beneficiários).

RESPOSTA DA REDE CÁRITAS EM PORTUGAL À PANDEMIA DE COVID-19

A resposta da Cáritas à Covid-19 deve ser analisada a dois níveis: nacional (resposta coordenada da Rede Cáritas em Portugal) e diocesano (resposta das Cáritas Diocesanas e grupos paroquiais).

A **nível nacional**, a Rede Cáritas montou, pela primeira vez, um programa coordenado de resposta social direta que garantisse a continuidade do trabalho em curso e a adaptação da resposta no terreno às consequências socioeconómicas negativas que se previa logo no início da pandemia e do primeiro confinamento. Este programa, constituído por três fases, decorreu entre março de 2020 e fevereiro de 2021, permitindo:



- **Adaptar as equipas no terreno** à nova realidade e às medidas de contingência determinadas pela Direção-Geral da Saúde, de forma a manter as portas da organização abertas durante todo o período em análise, mesmo durante o período mais incerto do primeiro confinamento nos meses de março, abril e maio de 2020;
- **Assegurar a segurança de colaboradores, técnicos e voluntários** nas atividades que tinham que continuar a decorrer de forma presencial, através da distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Entre março de 2020 e a publicação deste relatório, foram distribuídos 2 mil litros de álcool gel, 94.250 máscaras cirúrgicas, 17 mil luvas descartáveis e 50 higienizantes de superfície (500ml);
- **Garantir que as Cáritas Diocesanas**, que viram os seus recursos destinados ao funcionamento normal e resposta de emergência drasticamente reduzidos, conseguissem continuar a dar resposta ao aumento nos pedidos de ajuda. Este apoio direto às famílias foi realizado em forma de bens e vales alimentares, bem como apoios financeiros pontuais e urgentes destinados ao pagamento de necessidades básicas como rendas, despesas com saúde e eletricidade.

O Programa Nacional de Resposta da Cáritas Portuguesa à Covid-19 foi avaliado de forma positiva pela generalidade das Cáritas Diocesanas.

▶ Permitiu apoiar:

10 444



Pessoas

3 205



Famílias

▶ Através de distribuição:

82 510€



Vales Alimentares

167 230€



Apoios Pontuais

249 740€

▶ Os Apoios Pontuais destinaram-se a:

63%



Pagamento de rendas

14%



Pagamento de despesas com saúde

12%



Pagamento de electricidade

▶ Famílias que recorreram a estes apoios:

60%



Novos beneficiários

A nível diocesano, a resposta das Cáritas Diocesanas é caracterizada pela continuidade e reforço dados aos serviços já existentes (destinados a beneficiários recorrentes e novos), ao apoio dado aos grupos paroquiais, ao reforço do trabalho em rede com outros atores sociais e económicos, e também pela expansão de programas protocolados com a Segurança Social em várias áreas:

- **Apoio alimentar:** as Cáritas Diocesanas mantiveram e expandiram serviços como a distribuição de cabazes, bem como o trabalho em rede com outras organizações (Banco Alimentar, câmaras municipais, empresas privadas e Segurança Social). A distribuição de vales, vindos da Cáritas Portuguesa e de parcerias com empresas, permitiu reforçar as atividades tradicionais de apoio alimentar e agir rapidamente em contexto de emergência. Algumas Cáritas Diocesanas organizaram também campanhas de angariação de bens essenciais a nível local para responder ao aumento da procura.

- **Apoios financeiros pontuais:** prática regular no seio da Rede, este tipo de apoio teve maior procura durante a pandemia. Os fundos próprios foram insuficientes para dar resposta ao grande número de pedidos, pelo que o Programa Nacional e, em alguns casos, donativos de entidades públicas e privadas, foram fundamentais para dar continuidade a esta resposta.

- **Redes locais e parcerias:** o trabalho em rede com parceiros locais é uma característica comum do trabalho das Cáritas Diocesanas e Paroquiais. Esta articulação foi intensificada em contexto de pandemia, nomeadamente com câmaras municipais, juntas de freguesia e o Banco Alimentar. A coordenação permitiu não só aumentar, por exemplo, o apoio alimentar disponível, mas também organizar melhor a resposta, garantindo a partilha de informações para minimizar a duplicação de apoios. Surgiram também parcerias com entidades privadas que colaboraram nas campanhas de arrecadação de donativos ou que procuraram as Cáritas oferecendo donativos.



INOVAÇÃO

Para além do reforço e expansão dos serviços já oferecidos anteriormente, surgiram neste período de crise pandémica algumas inovações que destacamos neste relatório, para além do próprio Programa Nacional de Resposta da Cáritas Portuguesa à Covid-19. A utilização de vales alimentares no âmbito deste programa é uma inovação ao nível dos produtos oferecidos pela Rede. Destacamos também dois projetos inovadores em termos de oferta de serviços junto dos beneficiários: o Comunidade+, da Cáritas Diocesana de Braga, e o Humanamente @ctivos, da Cáritas Diocesana de Beja. Por último, a realização de campanhas através de canais digitais, pela Rede e pela Cáritas Diocesana de Beja, é uma inovação organizacional para a Cáritas em Portugal.

IMPLICAÇÕES DO RELATÓRIO

O presente relatório mostra que, através da implementação de um Programa Nacional em rede e de ações independentes ao nível das dioceses das paróquias, a Rede Cáritas em Portugal conseguiu continuar as atividades de apoio alimentar e apoios pontuais que já desenvolvia, face a uma maior procura por parte das famílias. O diagnóstico sugere que os novos beneficiários da Cáritas trabalhavam em alguns dos sectores económicos (já caracterizados por salários baixos e precaridade laboral) que mais sofreram durante este período: turismo, restauração, comércio e serviços de apoio.

A rapidez com que a Rede Cáritas conseguiu responder a necessidades materiais imediatas, principalmente financeiras, junto de um número considerável de beneficiários (10.444 pessoas, 3.205 famílias), revela a importância da sua acção social neste tipo de contexto inesperado e de emergência. O fim das moratórias a créditos bancários, criadas em março de 2020 e em vigor até ao final de dezembro de 2021, pode voltar a pôr esta capacidade de resposta da Rede Cáritas à prova, se não for acompanhado por melhorias consideráveis em pelo menos três dimensões: rendimento disponível, protecção social e habitação.

A pandemia tem sido um desafio para a Rede Cáritas em Portugal, que se tem adaptado e reforçado o seu trabalho de proximidade junto de famílias e dos indivíduos mais vulneráveis no seio da sociedade portuguesa. E levanta duas questões que podem ser relevantes para a Cáritas Portuguesa na forma como operacionaliza o modelo de segurança social que adotou e que representa a matriz de reflexão do seu trabalho.

Primeiro, os efeitos sérios e imediatos da pandemia revelam um forte aumento da privação material por parte de novos beneficiários junto da Rede Cáritas. Privação material, não apenas alimentar, mas também financeira, para pagamento de rendas ou despesas correntes como a compra de medicamentos ou pagamento de faturas de eletricidade ou água. Privação material causada pela perda imediata de rendimento por quem recorre à Rede Cáritas e que, aparentemente, não dispõe de recursos financeiros/poupanças suficientes para fazer face às despesas correntes. No modelo de segurança social que a Cáritas Portuguesa adotou, quer a taxa de privação material quer a taxa de poupança não são incluídas como indicadores. A sua inclusão poderia permitir à Cáritas ter uma imagem mais completa da realidade nacional.

Segundo, os efeitos potenciais a médio e longo prazo da pandemia só se farão sentir nos próximos tempos. Entre os efeitos potenciais principalmente junto das famílias mais vulneráveis estão o agravamento do estado da saúde mental, os atrasos educacionais de crianças e jovens que não conseguiram acompanhar o ensino online por falta de computadores ou acesso à internet, a perda da habitação por não se conseguir pagar o crédito bancário com o fim das moratórias, da falta de criação de emprego com o desconfinamento nos sectores mais afetados como o turismo ou a restauração, etc. No modelo de segurança social adotado pela Cáritas Portuguesa não se equaciona a possível ocorrência de eventos inesperados como a pandemia e o seu potencial socioeconómico.

A sua inclusão poderia ajudar a Cáritas Portuguesa a desenhar uma resposta a eventos mais complexos e com consequências incertas como a pandemia. Além disto, a existência de “almofadas” familiares ou fraternas, que têm funcionado como sistema de segurança social informal em países como Portugal, onde o aprovisionamento público da Segurança Social é historicamente deficitário, tem vindo a perder capacidade de absorver choques. A pandemia veio mostrar que essas almofadas estão cada vez mais esvaziadas.

***“Tive
ajuda
de alguns
colegas
aqui.”***

MM, Braga



OITO ALERTAS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL NO PORTUGAL PÓS-PANDEMIA

O relatório apresenta um conjunto de 8 alertas que resultam do estudo e que merecem maior reflexão e ação em conjunto pela sociedade portuguesa de forma a responder ao apelo do Papa Francisco na sua Carta Encíclica “Fratelli Tutti”:

“Diante de tanta dor, à vista de tantas feridas, a única via de saída é ser como o bom samaritano. Qualquer outra opção deixa-nos ou com os salteadores ou com os que passam ao largo, sem se compadecer com o sofrimento do ferido na estrada. A parábola mostra-nos as iniciativas com que se pode refazer uma comunidade a partir de homens e mulheres que assumem como própria a fragilidade dos outros, não deixam constituir-se uma sociedade de exclusão, mas fazem-se próximos, levantam e reabilitam o caído, para que o bem seja comum (Ponto 67)”

Vulnerabilidades cruzadas: desafiar o assistencialismo?



A pandemia veio agudizar vulnerabilidades múltiplas (privação alimentar, pobreza energética, precaridade laboral) e colocar grupos tipicamente menos vulneráveis neste contingente alargado da população residente em Portugal. Mas o risco de pobreza não é a única questão, uma vez que a pobreza não pode ser analisada enquanto fenómeno puramente estatístico. As transformações da resposta da Rede Cáritas em Portugal mostram-no parcialmente: embora a assistência alimentar continue a prevalecer, a pandemia veio desvelar outros problemas. Neste sentido, confrontar vulnerabilidades implica considerar a reprodução social da pobreza como problema a resolver e não como realidade a mitigar.

Intensificação das privações: repensar a Segurança Social?



Apesar da resiliência demonstrada pela Rede Cáritas em Portugal, é difícil saber se a sociedade portuguesa respondeu de forma resiliente à crise pandémica. Isto assinala um problema amplamente discutido: num país com níveis de proteção social frágeis e insuficientes, a assistência familiar e comunitária tende a compensar as falhas da proteção conferida pela Segurança Social, incluindo os seus subsistemas. No entanto, as alterações demográficas, económicas e sociais dos últimos 20 anos estão a apressar o esgotamento destes apoios, muitas vezes informais, e os laços sociais, cada vez mais difusos, têm cada vez menos capacidade de resistir a choques. Isto resulta em falhas graves de proteção social. A pandemia mostrou que resta muito por fazer e ainda mais para construir, no que diz respeito à proteção social através e para lá dos mecanismos públicos.

Informação: um problema político?



Uma das dificuldades enfrentadas neste estudo foi a falta de informação disponível sobre vulnerabilidades sociais ao nível local e regional. Instrumentos como o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, de frequência anual, não acompanham alterações profundas e repentinas. As Cáritas Diocesanas analisadas tendem a sustentar-se na Rede Cáritas em Portugal e nos seus contactos locais ou regionais para obter informação. Se os dados estatísticos podem ser um pilar da luta contra a pobreza e as desigualdades, é preciso torná-los locais e utilizáveis para quem opera no terreno.

Habitação: um direito por cumprir?



Apesar do reconhecimento constitucional do direito à habitação digna, este trabalho mostra que, se existe um domínio em que a pandemia veio intensificar problemas já graves, foi no acesso ao e gozo desse direito. Estamos perante uma crise nacional e sistémica. Assumindo que organizações como aquelas que analisamos neste trabalho não têm capacidade financeira para operar no mercado habitacional além do pagamento eventual de rendas cada vez mais elevadas, qual é o seu papel na defesa e promoção da habitação digna?

Despesa corrente: desencontro entre rendimento e custo de vida?



Nos inquéritos e entrevistas que realizámos, detetámos uma ligação concreta entre despesa corrente com habitação, nomeadamente pagamentos mensais de energia e água, e privação material. O problema parece ter sido imediatamente detetado pelos interlocutores que, no terreno e desde que iniciaram o seu percurso na luta contra o impacto social da pandemia, perceberam como a acumulação de faturas se estava a tornar um problema financeiro de resolução difícil. Este problema não é apenas de índole financeira: ameaça o bem-estar afetivo e mental dos beneficiários dos programas analisados neste trabalho.

Saúde Mental: uma política pública em modo de espera?



O bem-estar individual e comunitário, em contexto pandémico, é um desafio de proporções desconhecidas. O nosso trabalho evidencia a inexistência de uma resposta articulada entre sistemas públicos e privados a problemas agudos de saúde mental no universo de beneficiários da Cáritas, e que na maioria das vezes não são diagnosticados. A programação da intervenção no terreno no âmbito da proteção social continua a manter a saúde mental isolada da privação material.

Precariedade/Sazonalidade/Economia não-registada: um risco laboral crescente?



No centro dos problemas identificados, detetámos, durante a execução deste trabalho, um problema triplo: a precariedade laboral, a consequente falta de proteção social no desemprego e o problema da sazonalidade em atividades ligadas sobretudo ao turismo e à agricultura. Por outro lado, a economia não-registada, desprovida de quaisquer vínculos formais, foi fortemente afetada. A imagem do “biscate” continua a ser apropriada: sem tributação e sem vínculo, a remuneração não-registada ajudava a resistir. No contexto social em causa, um dia ou uma semana são os horizontes temporais relevantes. E, dependente de contactos e redes sociais informais, estas atividades deixaram de ter relevância enquanto almofadas financeiras.

Respostas sociais/Redes/Solidariedades: uma afinação por se fazer?



Neste trabalho, prestámos uma atenção particular ao modo como as Cáritas diocesanas articulam respostas. Isso significa que observámos a forma como estas organizações mobilizam recursos, recolhem informação e intervêm no terreno. Concluímos que a articulação das múltiplas respostas e capacidades, ao nível da mitigação de crises, continua a ser um desafio. A Segurança Social é uma orquestra em que se procura afinar uma resposta pública e privada, sem descurar o papel das empresas. Não nos cabe avaliar o desempenho destas organizações; contudo, podemos afirmar, com base neste trabalho, que não foi um desempenho, pelo menos do ponto de vista dos nossos interlocutores, regular e coerente.





Praça Pasteur, n.º 11
2.º Esq. 1000-238
Lisboa

caritas@caritas.pt
+351 218 454 220
caritas.pt



Um estudo:



Com o apoio:

